

Uma moral de convergência

Bernardino Leers OFM

Novos tempos impõem novos desafios ao teólogo moralista e a seus métodos de trabalhar. Novas gerações, novas descobertas, mentalidades e idéias diferentes, contextos em transição, oportunidades e riscos até então desconhecidos, novos poderes colocam a reflexão moral diante do dilema constante da "inculturação" — neologismo simbolizado pelo pai de família que tira de seu baú coisas novas e velhas (Mt 13,52). Tanto a história humana quanto a tradição judaico-cristã demonstram o jogo contínuo entre o que era e o que será, os dois tempos que se encontram misturados e conflitantes no presente passageiro. Como trabalho humano, também a teologia moral conhece a vida e a morte em sua caminhada.

Na perspectiva cristã, a humanidade se movimenta entre dois pólos: o passado e o futuro. O passado está marcado pela memória de Adão e Eva, Moisés, o legislador, e Jesus de Nazaré; o futuro vive a esperança de encontrar Aquele "que há de vir para julgar os vivos e os mortos", como diz o credo. Se o último juízo terá a grandiosidade, a potência, o horror e a alegria que lhe empresta a imaginação de Miguelângelo na Capela Sixtina, é outra questão. Interessa-nos o ínterim entre os dois pólos, com sua oferta de novidades e sua imposição de mudanças que atingem as pessoas e sociedades por dentro, mesmo que não queiram. Como no progresso técnico novas máquinas e aparelhos precisam de instrumentos novos e não se deixam consertar com peças de ferro velho, também no ritmo acelerado de mudanças que fazem história, a reflexão moral cristã não pode ficar repetindo o que ontem se escreveu nos manuais de seminário, embora seja sempre tentador pôr vinho novo em odres velhos (Mt 9, 17).

1. Problemas de engrenagem

Um dos sinais de mudanças são as palavras novas que a geração atual manipula sem problema¹. Não se trata apenas das terminologias mais ou menos herméticas que a especialização científica continua criando. O próprio linguajar do povo está entremeado, hoje em dia, de termos desconhecidos às gerações do passado recente. Na área das comunicações, rádio, satélite, televisão, toca-discos e videocassete significam mais do que o mercado crescente de aparelhos eletrônicos; trazem mudanças na linguagem e no mundo em construção de que o povo participa. Crianças manipulam computadores de que os pais não entendem nada. Por séculos e séculos de história humana já era conhecido o “não matarás” e se sabia de homicídio, legítima defesa, pena de morte e guerra justa; nunca, porém, se havia ouvido falar de bomba atômica, bacteriológica e química, nem se conhecia o vocabulário da biogenética moderna, métodos anticoncepcionais, substitutivo da mãe ou “barriga de aluguel”, geração “in vitro”, transplante de coração, de rim ou fígado. Na consciência ecológica emergente outros termos se estão incorporando: poluição do ar, das águas, do solo, poluição sonora, escassez de matéria prima, intoxicação de alimentos por inseticidas, ecossistemas, camada de ozônio, efeito estufa, alternativas energéticas, extinção de espécies.

Por detrás dessa criatividade lingüística, está uma problemática de vida ou morte, que abrange de um ou outro modo a humanidade inteira. Seu horizonte de inteligência ultrapassa o particular e os limites do pequeno mundo vivido de cada dia. Mesmo boa parte das questões humanas de que tratava a tradição da teologia moral, estendeu seu contexto e alargou seu condicionamento. Salário não se limita mais à relação de operário e patrão, mas está ligado à política econômica nacional e depende do sistema capitalista internacional. Aborto é problema da mãe e da vida nova que está gerando, mas também se tornou, por toda parte, objeto da política populacional.

Os problemas novos que os tempos modernos trouxeram, atingem as classes sociais, as culturas, as estruturas políticas e econômicas, os povos inteiros. Os meios de comunicação social complicam, e muito, a herdada tese moral da sinceridade e da mentira. A ecologia não orienta seu público apenas para uma fábrica local que solta fumaça; enfoca as condições de vida e de sobrevivência sadia em todo o globo terrestre. O progresso da manipulação genética interessa ao futuro do gênero humano e o comércio de órgãos de transplante é internacional, incluindo até criminalidade. Independentemente de religião ou sistema moral, a mundialização dos problemas huma-

¹ Sobre mudanças, veja, p. ex., CNBB, *Sociedade brasileira e desafios pastorais*, São Paulo, 1990; e o *Documento de consulta — São Domingos*, do CELAM (Bogota, 1991); encíclicas papais da doutrina social desde *Mater et Magistra* e *Populorum Progressio*.

nos e a procura de saídas e soluções progride e não se deixa mais prender neste ou naquele gueto ideológico².

Neste amplo contexto emergem o pluralismo ideológico e a diversidade de idéias, atitudes e modos de viver que a modernização do Brasil, se não criou, ao menos tornou mais visíveis. As discriminações tradicionais da sociedade brasileira nunca fizeram supor muita unidade sistêmica moral entre o povo. Atualmente certos programas de auditório e mesas redondas, onde o público em geral ou peritos seletos dão suas opiniões sobre questões humanas, emitem sinais claros de que, em termos de idéias e práticas, a uniformidade de pensamento e práxis da sociedade está longe de ser real. Com o crescimento da escolaridade básica e a influência dos meios populares de comunicação, as diferenças de conduta e de posicionamento tendem a aumentar, apesar de a língua de todos ser o português.

Na decorrer da história da teologia moral, devido ao uso geral do latim, formou-se um sistema terminológico e doutrinário estável que dava a impressão de que todos atribuíam o mesmo significado às palavras, definições e teses normativas comuns. Em redor de um núcleo central de princípios e normas aceito por todos os moralistas, havia certa oscilação de probabilidade em questões periféricas. Entretanto, estas variações secundárias não tiravam a imagem de maciça uniformidade. A linguagem comum latina imprimia certa segurança às comunicações, encontros e leituras "intra muros", dentro da Igreja, porque era aparentemente universal, acima da diversidade das culturas e línguas vernáculas e da sucessão das épocas. Se fora do ambiente católico o sistema moral assim desenvolvido encontrava aceitação, é outra questão.

Na torre de Babel da problemática moral moderna, esta calma segurança hierática de dominar o assunto e a solução sofre os efeitos da inflação lingüística. As dificuldades de entendimento mútuo que surgem em qualquer debate sobre política, economia, bioética, justiça, função do Estado ou da família expressam uma pluralidade ideológica e cultural da sociedade brasileira e do mundo, à qual a Igreja não fica impermeável ou alheia. A própria massa de conflitos, dissensões e discussões internas à Igreja, em temas importantes da vida humana e eclesial, leva a duvidar da uniformidade dos significados das palavras usadas³. Será que todos dão o mesmo sentido às palavras tradicionais e novas que pronunciam com freqüência, começando com a própria palavra Igreja, e seguindo com as outras, também fundamentais, como sacramento, pecado, amor, direito? Os documentos eclesiásticos são multidão. Cada um, porém, os lê conforme seus pressupostos e sua condição⁴.

² Uso o termo *ideológico* no sentido iluminista, pré-marxista, sem conotação de verdadeiro ou falso.

³ Cf. p. ex. Ch. E. CURRAN e R. A. McCORMICK, *Readings in Moral Theology*, n. 6: *Dissent in the Church*, New York, 1988. B. LEERS, *Moral cristã e autoridade do Magistério eclesiástico*, Aparecida, 1991.

⁴ Vale sempre o antigo adágio: "Quod recipitur per modum recipientis recipitur": o que é recebido o é pela maneira de ser de quem recebe.

Mesmo se os ensinamentos morais da Igreja fossem uniformizados por decreto ou texto imposto, tal material não alcançaria mais do que uns 20% dos católicos, pois os demais não costumam freqüentar as Igrejas⁵. Mesmo com boa vontade, muitos não saberão ler ou entender tais textos. Os grandes meios de comunicação não se interessam em divulgar a doutrina católica. Ao contrário, fornecem programas que oferecem de tudo um pouco. O microfone na boca de qualquer transeúnte e o eu-achismo são quase símbolos da promiscuidade intencional. Além disso, a separação entre o catecismo da primeira comunhão e as idéias e práticas que resultam da formação profissional, da práxis empresarial, comercial e operária e das experiências de casamento e vida familiar no mundo atual faz com que nem uma visita bastante regular à Missa dominical garanta um conhecimento ou consciência moral bem formada e adulta⁶.

Na hora em que o teólogo moralista entra em contato com leigos de formação intelectual ou profissional e experiência de vida, surgem as dificuldades do entendimento mútuo, mesmo que eles sejam católicos. Dizer que a teologia moral católica foi feita por europeus, brancos, masculinos e celibatários tem algo de piada, mas chama a atenção a um fato que se repete na área da bioética, ecologia, sexologia, teoria e prática política e social, embora tudo possa ser camuflado sob o termo vago de cultura moderna. Como é difícil entender o outro, chegar a um certo consenso e encontrar formas práticas de colaboração eficiente. Quanto mais prementes são os problemas reais do povo e quanto maiores a injustiça e a desonestidade social, tanto mais importa a eficiência das medidas, sem as quais por melhores que sejam, os debates não passam de pirotecnia verbal. No entanto, os obstáculos para praticar a solidariedade são muitos.

Num primeiro momento, talvez nos surpreenda a existência desse problema de comunicação, pois a teologia moral, nas questões intramundanas da ordem política, social, econômica, familiar ou cultural, trabalhava e trabalhava freqüentemente com a lei natural, subsidiariedade, solidariedade⁷ etc. Em si, esta maneira de argumentar não depende da fé revelada dos cristãos e quer ser acessível à racionalidade humana em geral. Se não o é, atribui-se a falha, em ambientes rigoristas, a que esta qualidade da razão pode estar tão profundamente marcada pelo pecado e pelo mal, que seus produtos somente merecem desconfiança e rejeição; e assim a teologia se coloca no

⁵ Seria interessante analisar a venda dos documentos eclesiais pelas editoras católicas no Brasil. Qual é seu público leitor?

⁶ Em termos reais, o que significa 82% da população dizer que tem confiança na Igreja, se o problema é assumir e praticar a doutrina moral que ela ensina? *Jornal do Brasil*, pesquisa de 07/09/1991.

⁷ Na linha de Pesch e Gundlach, continua Oswald von Nell-Breuning, *Baugesetze der Gesellschaft, Solidarität und Subsidiarität*, Freiburg, 1990. A história recente da Polônia popularizou o termo.

trono como rainha das ciências. Na atualidade, porém, um dos sinais dos tempos é um certo consenso internacional em torno aos direitos humanos fundamentais, apesar das diferenças culturais, políticas e econômicas existentes entre os povos. Deles, a Igreja não se pode apropriar sem mais nem menos, como se fosse ela sua única dona ou inspiradora.

Nem entre os teólogos moralistas há unanimidade em questões centrais de deontologia e teleologia, objetividade de norma e subjetividade de consciência, liberdade e obediência. Por trás do uso do termo lei natural ou natureza está toda uma história bem complexa; suas interpretações atuais são pluriformes, dificultando qualquer discussão, especialmente depois da "Humanae Vitae"⁸. Quando mediações analíticas e científicas são usadas no discurso moral, nem sempre se escapa à impressão de que a reflexão teológica é algo paralelo justaposto aos dados empíricos fornecidos. Às vezes, o apelo moral se limita à conversão interna e mudança de mentalidade, sem reconhecer que os direitos políticos, sociais e econômicos não foram conquistados na história senão pela resistência, luta e sacrifícios dos empobrecidos e explorados que enfrentaram as violências estruturais de que eram vítimas⁹. Igualmente a linguagem abstrata dos documentos não permite uma fácil passagem para o plano da ação e das práticas concretas, sem as quais os textos ficam aéreos e fora do alcance de muitos leitores.

De vez em quando, exposições de ordem moral demonstram auto-segurança autoritária e pouco senso crítico e exigência quanto à fundamentação de suas posições¹⁰. Para profissionais das ciências, acostumados à crítica e à liberdade de opinião e pesquisa, e que não usam a Igreja como quadro de referência, o tom hegemônico que não cita fontes científicas nem nomes de redatores deixa uma impressão estranha. Percebem-se às vezes, da parte destes, um quê de anticlericalismo e forte resistência a pronunciamentos apodícticos e autoritários, como se a autoridade eclesiástica fosse dona da verdade e tivesse solução para todos os problemas. Esta imagem falsa, sem matizes, do Magistério não desaparece simplesmente pela citação de um ou outro texto confirmando que a Igreja não tem sempre a solução pronta. A fim de derrubar as barreiras da desconfiança, o próprio exercício da autoridade na Igreja em questões morais talvez devesse ser remodelado.

⁸ Uma das últimas publicações: Fr. BOECKLE, *Der umstrittene Naturbegriff*, Düsseldorf, 1987.

⁹ K. GABRIEL, W. KLEIN, W. KRAEMER, *Die gesellschaftliche Verantwortung der Kirche*, Düsseldorf, 1988, p. 99.

¹⁰ Oswald von Nell-Breuning, *Wie sozial ist die Kirche?* Düsseldorf, 1972, p. 60; 126. Veja também B. Leers em nota 3. Novas sugestões a este respeito: E. Hill, *Ministry and Authority*, London, 1988; Th. P. Rausch, *Authority and Leadership in the Church*, Wilmington, 1989, especialmente 120-151.

2. A caminho de uma convergência

As dificuldades no entendimento levantam o problema de como chegar a uma troca de idéias fecunda e à descoberta de formas de colaboração prática na solução de problemas comuns que afligem o povo. Cada ciência tem seus enfoques e seus métodos para uso interno. A teologia moral os tem também. Porque a teologia moral é *para* as pessoas, ela se constitui também *a partir das* pessoas, supõe encontro de pessoas e intercâmbio entre pessoas, cada uma com seus pontos de vista e sua procura da verdade. Palavras verdadeiras só frutificam em pessoas e se realizam por pessoas. Em vista a um acréscimo de conhecimento e à melhoria das práticas, o intercâmbio verbal das palavras cria condições para a colaboração nas reformas profundas da sociedade, embora nenhum participante chegue a realizar seu ideal, seu projeto assumido. Teorias podem parecer perenes; a história, porém, vai comendo o tempo e tem sua própria transitoriedade processual.

Nos últimos decênios, os movimentos populares de reivindicações políticas e sociais, o movimento ecológico e a propagação da problemática bioética moderna sugerem algumas linhas empíricas, constituindo uma forma mais complexa do conhecido princípio prático de ver, julgar, agir. Na perspectiva ética, estas caminhadas se deixam tematizar em um método de convergência com todos os conflitos e dissensos que sua aplicação inclui. Nela, três fases processuais se deixam distinguir, embora se misturem na práxis e se complementem mutuamente.

2.1. A conscientização progressiva e dialogada

No meio popular, a visão de mundo e o jeito de resolver problemas morais podem ser simples e diretos. Com o progresso das ciências e suas especializações, o conhecimento humano se tornou enciclopédico a ponto de ninguém mais possuir um conhecimento completo e exaustivo do universo humano. Este universo é tão complexo, extenso, pluriforme e matizado, que não cabe dentro das limitações cognitivas dos indivíduos, cada um ligado ao seu lugar, seu ângulo de aproximação e sua história. No âmbito da pesquisa e da reflexão, a especialização em um ramo científico ou especulativo pode levar o homem a resultados admiráveis. Mas a visão global sobre o mundo humano fica fragmentária, incompleta e suscetível de correções, pois a conquista da verdade está sempre em movimento, e "errar é humano".

Como o povo diz, dois sabem mais que um só. Eles se completam, se corrigem e se formam em reciprocidade¹¹. A convivência e o diálogo aberto fazem crescer o quadro da realidade e a inteligência dos desafios morais de que cada um possui uma parcela e certa experiência. Pela troca de idéias e

¹¹ Desde Nédoncelle, o termo se tornou comum na teologia moral.

pontos de vista com especialistas de outras ciências, possuidores de outras experiências de vida, a compreensão aumenta pela intercomunicação. No intercâmbio, o senso crítico se torna um instrumento de correção, contanto que os participantes tenham a mentalidade de eternos aprendizes e não se fechem na torre de sua auto-suficiência. Devido aos limites de cada um, o diálogo encontrará muitos obstáculos da parte dos outros e muita resistência interna na própria pessoa. Processos de conscientização costumam ter seu preço. Sair de seu próprio "establishment" e penetrar em terras novas exige esforço especial e coragem de enfrentar riscos novos e de questionar certezas velhas, às vezes mui caras.

Consciência moral não é monopólio de moralistas, nem de qualquer outra pessoa. Na história de cada um, ela se forma e deforma em reciprocidade e em dependência de uma variedade de condições. No grande mundo de hoje, pode acontecer que se trabalhe no próprio quintal sem perceber o que estão fazendo nos quintais vizinhos. Apesar deste paroquialismo, todos são seres humanos, com necessidades humanas comuns e problemas morais que se socializaram pelo mundo todo e que cada um por si não resolverá por seu esforço individualista. Sob o manto de uma linguagem comum, desenvolveram-se mundos vividos diferentes, nos quais as pessoas se expressam por suas práticas próprias de pensar, decidir e agir diante dos desafios comuns que se apresentam. No processo do entendimento recíproco, a compreensão do mundo entra na conscientização participativa.

Um encontro mais profundo entre pessoas leva facilmente ao desmascaramento mútuo. É muito humano que cada um procure apresentar seu lado vantajoso, em vez de mostrar logo suas sombras e dúvidas. Nenhuma profissão, ciência ou pessoa possui a pura verdade total; tem defeitos e limitações que o espelho da vaidade não acusa e a racionalidade encobre com uma rede de camuflagem. Por falta de contatos diretos, o imaginário cria facilmente idéias preconceituosas e deformadas das atividades e intenções dos outros. Generalizações de experiências particulares perturbam a aproximação desarmada entre as pessoas. Para criar uma imagem comum dos problemas, um consenso interpretativo, é necessário corrigir a auto-consciência da posse da verdade e reconhecer a fraqueza dos próprios argumentos. Na cultura moderna, apelar para a autoridade própria geralmente produz pouco efeito.

Na aproximação de pessoas de ocupação e condições diferentes, muitas vezes, surgem certas resistências. Dentro do quadro tradicional das duas forças dominantes, o Estado mantenedor da ordem e a Igreja, guardiã dos bons costumes, a imaginação popular ligou a moral à Igreja e a Igreja ao clero no papel de grão-inquisidor e dono da teologia moral. Por motivos que aqui não interessam, a emancipação dos leigos levou parcialmente à marginalização, desconfiança e afastamento da formação da consciência coletiva. Praticamente, o monopólio do clero na teologia moral continua, apesar de os

leigos, casados, profissionais, estarem, muitas vezes, "com a mão na massa", como diz o povo.

Nem a ética, nem outra ciência se destinam ao auto-consumo; dirigem-se a outras pessoas, para ajudá-las, libertá-las, dar-lhes mais conforto ou resolver-lhes os problemas. Elas não são objetos de estudo, como se fossem coisas que se podem manipular ao bel-prazer. Ao contrário, têm sua dignidade e direitos e merecem respeito. A coisificação das pessoas na sociedade moderna não é somente um grave desafio ético e uma humilhação das vítimas, mas exclui também a colaboração livre das consciências e experiências morais dos marginalizados, embora constitua um material precioso na formação da normatividade moral e da legislação social em qualquer sociedade democrática.

A penetração comum no universo existencial humano geralmente traz à tona apreciações, sensibilidades qualitativas e avaliações da realidade da parte dos participantes. Cada um possui sua própria escala de valores e interesses que se misturam com a percepção das coisas e das pessoas em suas situações e andanças. Conscientização recíproca significa também conscientizar-se das opções e critérios do bem e do mal, do justo e injusto, humano e desumano que os outros e a pessoa mesma usam, cada um percebendo e estruturando o mundo de sua maneira. Embora de início a avaliação dos problemas comuns se diversifique bastante, mesmo em grupos mais ou menos homogêneos, o diálogo proporciona maior compreensão dos pontos de vista dos outros, revelando a força e fraqueza das razões de cada um. Não somente no conto de fada, o grito: "O rei está nu!" pode abrir os olhos de muitos.

Pelo diálogo, começam a transparecer melhor as semelhanças e diferenças, existentes entre grupos, na maneira de encarar os problemas comuns e avaliá-los. Diante desta transparência, apresenta-se o risco da dominação, acentuando a própria identidade e visão de tal modo que provocam mais distanciamento do que aproximação. Certamente, para a própria sobrevivência de um grupo ideológico ou religioso é necessário que ele continue sua reflexão racional ou teológica interna, a fim de motivar melhor e estimular a práxis dos seguidores. De outro lado, a insistência no próprio do grupo pode levá-lo ao isolamento social e criar sérios obstáculos à aproximação e ao mútuo entendimento, prejudicando a solução dos problemas sofridos pelo povo, pelos povos, desperdiçando recursos humanos e financeiros por causa do individualismo de grupo.

Os grandes desafios do mundo moderno, a liberdade, a justiça, a nutrição, a ecologia, os direitos humanos, não são específicos de nenhuma religião ou convicção política ou tipo de cultura; são mundiais e pertencem à humanidade sem fronteiras e à sua vida terrena, com todos os matizes que possa haver entre povos e regiões. Independente de crença ou interpretação

existencial, o sofrimento, a privação, a insegurança, a injustiça, a solidariedade não são privativos, mas acompanham, desde Adão e Eva, a romaria da humanidade feita à imagem de Deus, mesmo se este Deus for um ilustre desconhecido ou tapa-buraco da última hora. Embora em certas situações seja tarefa difícil, o reconhecimento dos outros como pessoas humanas é o reconhecimento do suporte comum de todas as diferenciações que criam tradicionalmente estranheza, distanciamento e dominação de uns sobre os outros.

Na cultura brasileira, a aproximação e abertura mútua costumam basear-se mais na confiança e amizade do que na objetividade realista. Viver com o coração na ponta da língua ou logo abrir o jogo da franqueza não são atitudes tão comuns. Talvez por ter experimentado muitas formas de dominação e censura, o povo não quebra facilmente o silêncio sobre o que intimamente pensa e de fato faz, por medo de o outro aproveitar e abusar da revelação feita. Quem se abre, expõe-se. Mais seguro é ficar na toca e esperar para ver até que ponto convém franquear a entrada do outro no próprio mundo pessoal. Em ambientes católicos, a imagem tradicional, autoritária, do clero na frente do rebanho calado dificulta muitos leigos, de competência e experiência humana da vida, a comunicarem suas próprias atitudes e tomadas de posição.

Mundo em crise — mundo em conflito e de claras oposições de interesses — exige a coragem de tomar posição. Ficar em cima do muro, enquanto os conflitos, talvez latentes, se tornam progressivamente conscientizados, constitui uma “prudência” que beira a covardia. Numa atitude de neutralidade objetiva é fácil ficar de mãos limpas e distribuir conselhos sobre a massa amorfa sem assumir sua posição em uma sociedade dividida por discriminações e imposições arbitrárias do poder. No processo da conscientização, momentos difíceis se podem apresentar, em que a unidade do grupo corre risco e volta a sentir-se a experiência de Jesus de que muitos não queriam mais segui-lo. Ser “amigo de todo o mundo” nem sempre é bom sinal. É utopia pensar que a opção evangélica pelos pobres e fracos da Igreja será recebida por todos com grato entusiasmo.

2.2. A responsabilidade comunicativa humana

Na conscientização participativa, cada pessoa não está apenas presente com seus conhecimentos e experiência, mas também com sua responsabilidade pelo que pensa, faz e pretende fazer. Homem nenhum é computador executando apenas programa feito por outros. A pessoa é capaz de responder, de explicar como vê o problema, como interpreta o contexto, como procura fazer, por que motivo faz o que está fazendo ou toma tal atitude. Com seu progresso e acumulação de novidades e mudanças, o mundo moderno não é simples produto do acaso, mas do trabalho e da inventividade

humana, que constroem e destroem o ambiente e fazem e desfazem a sociedade. Pela extensão de seu poder, mais do que nunca o homem é responsável pelo mundo em que vive e pelo mundo que pretende criar e organizar para si e as gerações futuras.

Assumir sua responsabilidade é peça importante no amadurecimento das pessoas e no encontro com os outros. Na medida em que o processo da conscientização dialogada descobre mais facetas do mundo humano comum e dos problemas e desafios que de uma ou outra maneira atingem a todos, cresce também o senso de responsabilidade comum, ao menos como exigência. Se, em tempos passados, a causalidade dos acontecimentos e fatos podia ser posta na conta de Deus, do destino, do azar ou da posição dos astros, a secularização moderna, mesmo sem radicalização, obriga a reconhecer a atividade, a iniciativa e a responsabilidade das pessoas humanas na formação da história, no aparecimento dos problemas e conflitos sociais a enfrentar com ações viáveis¹².

Em certos círculos religiosos, ainda pode dominar a idéia de que os males deste mundo são uma questão de Deus e do diabo, seja na forma de certa igualdade de forças, seja como domínio de um sobre o outro. Nesta visão, a responsabilidade humana em causar males aos outros corre o risco de ficar marginalizada e, na solução dos problemas, reduzida à oração e à resignação diante do sofrimento. Na história do Ocidente, sempre houve rezas de cura e exorcismos, fé em milagres e medo apocalíptico. Lendo doenças, sofrimentos, privações e calamidades públicas sob o prisma do castigo de Deus ou da influência das forças do inferno, o povo criou suas formas de penitência para aplacar as iras dos deuses e desarmar os despaços do mal. Salta aos olhos, porém, que muitos acontecimentos e situações que fazem o povo sofrer são o resultado direto ou indireto da irresponsabilidade, negligência e maldade humanas. Quanto mais cresce o poder do homem, tanto maior é sua responsabilidade de procurar soluções adequadas ou ao menos aliviar o peso e maldade dos males, violências e injustiças.

Porque é costume ver, com facilidade maior, o cisco no olho do outro que a trave no próprio olho, também é bastante comum, quando se trata de responsabilidade, começar a interpretação dos males dando a culpa aos outros e atribuir aos outros — o governo, outra classe social, outra organização — a responsabilidade de solucionar os problemas de que se tomou consciência. Sem dúvida, muitas investidas contra o bem-estar e a paz do povo têm causadores com responsabilidade direta que não somos nós. Se a poluição de uma fábrica aumenta consideravelmente o número de doenças de pulmão e a mortalidade infantil, a atenção se dirige à direção da fábrica. No entanto, num sistema capitalista é difícil imaginar a colocação de filtros sem

¹² B. LEERS, *Catolicismo popular e mundo rural*, Petrópolis, 1977, p. 158-199.

a pressão da população-vítima. Sejam quais forem as causas humanas dos males, não apenas a liderança política há de entrar em ação ou ser acionada, mas o próprio povo há de assumir sua responsabilidade pelo melhoramento das condições de vida. Muitos métodos há de ação não-violenta, mas resolver todos os conflitos em boa paz, em redor de uma mesa, é um ideal que lembra curiosamente o paraíso. E o paraíso se perdeu.

Na situação atual, há problemas sociais humanos pequenos demais para jogá-los nas costas do Estado; há outros que são demasiado grandes pela sua extensão continental e mundial, de forma que um só Estado não é capaz de eliminá-los. Mesmo que o subdesenvolvimento seja local, em grande parte a situação subhumana é criada pelo desenvolvimento de outras regiões ou nações. A exploração não somente deteriora a vida dos empobrecidos, mas costuma destruir também sabedorias e práticas culturais antigas que sempre os ajudaram a equilibrar sua convivência e relativo bem-estar¹³. O fato de órgãos internacionais começarem a incluir outros fatores que os econômicos em suas análises e planos de ação, acentua mais ainda a necessidade de dar tempo ao tempo. Em vez de crer nos milagres dos discursos, a responsabilidade humana precisa planejar a curto e a longo prazo e perseverar, apesar dos fracassos e previsões erradas.

Tanto no nível individual, quanto no social, político ou mundial, a responsabilidade humana é um processo histórico contínuo. A releitura do passado evidencia com abundância de fatos que, em sua caminhada, os seres humanos e as sociedades sempre mostraram ambivalência e produziram misturas de bem e de mal, de vida e de morte,. Nada indica que esta ambivalência cederá em breve, ou será substituída por discernimento perfeito. Ao contrário, a extensão do poder humano, no campo da técnica, da agricultura, da biologia e da genética, e a rapidez com que as novas conquistas científicas se sucedem e são postas em prática, tornam a previsão dos efeitos a longo prazo para o futuro da humanidade sempre mais complicada e insegura, senão foguetório de uma fantasia sem rêdeas.

Com isso, também os riscos de novas práticas e experiências aumentam e pesam ou devem pesar na responsabilidade daqueles que as inventam e decidem realizá-las. A indústria bélica, os problemas ecológicos, a manipulação genética, as crescentes tensões entre ricos e pobres estendem uma cúpula de medo sobre a humanidade. Nos campos de concentração, os nazistas experimentaram à vontade com cobaias humanas. Atualmente realiza-se por toda parte a experimentação com o homem através de planos econômicos, imposições políticas, desorganização urbana, aplicação irracional de agrotóxicos, poluição do ar e das águas, formas de violência, tráfico de drogas. As conseqüências a longo prazo para a saúde da terra e as condições de vida dos povos se tornaram problemas mais prementes e

¹³ Veja n. 226 (1991) da revista *Projet*.

arriscados e, eventualmente, podem tornar-se irreversíveis, sem retorno. Neste quadro, as atividades humanas deixam de ser acontecimentos simplesmente individuais e encarnam ou deixam de encarnar responsabilidades comuns das pessoas, dos Estados e das "sociedades subjetivas" — na terminologia de João Paulo II.

Na perspectiva sócio-política atual, a responsabilidade participada por muitas pessoas e instâncias, governamentais ou privadas, se tornou uma evidência exigente. Os institutos gigantescos de seguridade social e de saúde que os Estados modernos formaram conforme o esquema do "Welfare State", passando por cima das organizações menores intermediárias, demonstram, em seus sucessos e fracassos, atendimentos satisfatórios e malogros, como a responsabilidade se pode perder no anonimato e na invisibilidade da organização burocrática e impessoal que quase impossibilita responsabilizar pessoas e dar nomes aos culpados ou beneméritos¹⁴. Na práxis humana, sucessos costumam ter muitos donos, enquanto, no caso de erros e fracassos, a tendência é "tirar o corpo fora", como diz o povo, e ficar de consciência "tranquila". Não obstante esta tática humana, quanto maior se torna a organização profissional, política ou social, tanto mais a co-responsabilidade deixa uma imagem opaca e difusa, difícil de situar. Como é frustrante determinar a culpa dos envolvidos em fraudes e erros numa sociedade de forte corporativismo, em que muitos processos criminais terminam na gaveta e o colarinho branco se salva dos empecilhos. É assim, pelo menos, no imaginário popular.

No processo de democratização de uma sociedade, o desenvolvimento do senso de co-responsabilidade é peça importante na educação e construção do bem-estar do povo. Democracia é participação e comunicação de cima para baixo e das periferias para os centros de decisão. Neste intercâmbio democrático, ocupam lugar especial os que sofrem na carne os problemas de saúde, de subnutrição e fome, insegurança, desemprego, falta de escolaridade e profissionalização, condições péssimas de moradia e meio ambiente. Não são apenas apelo constante à consciência moral e ação política, mas acumulam também a experiência vivida, sentida, das necessidades básicas humanas. Uma vez despertados para sua libertação, serão os primeiros a dar sua colaboração. A longa tradição do mutirão é a esperança de uma cooperação comunitária mais ampla e organizada.

Os problemas de vida e morte, de saúde e bem-estar da população, são grandes demais para dependerem apenas de pequenos grupos de iniciativa privada ou de religiões que ocupam certo lugar na sociedade pluriforme atual. Tais organizações podem tornar-se até contraproducentes, enquanto deixam o Estado e os partidos políticos dominantes viver em boa — melhor, falsa — paz, distribuindo favores em proveito próprio. Pela conscientização

¹⁴ A. DE SWAAN, *In Care of the State*, Cambridge, 1990. *Centesimus Annus*, n. 148.

política — parte integrante da formação das consciências cristãs hoje — muitos cidadãos se envolverão no processo histórico do progresso humano, em vez de circularem em redor de seu próprio eixo. Acontecimentos recentes na Polônia tornaram a palavra solidariedade bem popular, como bandeira de esperança. Solidariedade faz a força do povo, inspira e leva a fazer e agir em comum, começando da análise das situações reais até chegar a soluções eficazes, assumindo riscos e calculando os efeitos negativos dos empreendimentos planejados.

2.3. Cooperação intensiva e extensiva

O processo dinâmico da conscientização e responsabilização traz consigo uma ampliação dos horizontes de cada pessoa por meio de contatos, encontros e trocas de idéias com sempre novas pessoas e grupos, cada um com sua mentalidade e projeto de vida. Visto que todo o processo é uma caminhada de pessoas, a cooperação já começa desde os primeiros debates e cresce à medida que a reflexão passa para a prática, para a ação orientada pelos resultados das trocas e baseada em certa plataforma comum de idéias, atitudes e planos. No andamento das coisas há sempre pessoas que se desligam do processo por motivos ideológicos ou outros. História não se faz sem preço. União de todos é apelo, mas não realidade que vemos aqui na terra.

Entre a teoria e a práxis, o movimento dialético se realiza por agentes humanos que pensam, comparam seus pontos de vista, remodelam suas interpretações, descobrem algo comum, fazem seus projetos e começam a agir, adaptando-se às condições de trabalho, aos recursos disponíveis e aos limites que a realidade histórica impõe. Ética é uma ciência prática intermediária, no sentido de refletir sobre valores e ideais humanos existenciais, formular normas e projetos de vida, orientar a responsabilidade que, libertando os outros, se liberta a si mesma; mas a ética também motiva e estimula a ação participada no vasto campo do mundo em que os problemas se apresentam e as teorias projetam a caminhada para uma situação melhor. Quando não ajuda a transformar as condições de vida humana social, a reflexão moral se assemelha ao lançamento de balões multicores no ar.

Na sociedade pluralista atual, duas opções fundamentais constantemente se enfrentam. Elas podem ser caracterizadas como ética que vem do céu e que considera o universo humano sob a luz da eternidade, e ética terrestre, cujo ponto de partida é a realidade humana aqui e agora e o dinamismo das necessidades e desejos que se projetam para o futuro histórico. A moral católica está ligada, desde o início, ao evento Jesus, ao mistério da Santíssima Trindade e da Igreja e, de modo crescente, ao Magistério eclesiástico e seus pronunciamentos e diretivas. Todas estas realidades “celestes” talvez não sejam entendidas ou não digam nada a muitas pessoas, a muitos profissio-

nais, que num mundo que se seculariza trabalham com problemas terrestres de agricultura e produção, moradias, reformas agrária e urbana, emancipação para maior liberdade e participação etc. A história de vinte séculos da Igreja católica não dá esperança alguma de conversão rápida dos milhões e milhões de seres humanos que vivem, sofrem e lutam neste mundo. Embora a graça da fé forneça visão e motivação para servir a todos os irmãos, não é a linguagem religiosa que leva facilmente à colaboração, mas a linguagem terrestre de justiça, liberdade e direitos humanos, pela qual o campo dos encontros e atividades comuns se torna mais extenso.

Com João XXIII e o Vaticano II, a abordagem das questões morais na teologia católica se tornou mais empírica e analítica. No entanto, depois, entrou a especulação, com visões idealistas e princípios abstratos e absolutos, que deixam perplexos muitos leigos. Eles não estão familiarizados com a via dedutiva, mas, sim, acostumados a partir de problemas concretos, situações, pessoas, casos que se lhes apresentam e que eles tentam interpretar o melhor possível em função das possibilidades que vêem e dos recursos de que dispõem, porque nada neste mundo alcança o ideal ou produz a solução perfeita. Tendo um conhecimento global do código moral católico, atrapalham-se com o absolutismo, verdadeiro ou imaginário, das normas proibitivas, porque na prática a teoria é outra; mas não ficam tranquilos. No trabalho, sua atenção não se concentra tanto no horizonte do infinito, no ponto Ômega, mas no próximo passo possível a um ser terrestre no espaço de sua finitude, melhorando aqui uma situação problemática de penúria ou aliviando agora o sofrimento de pessoas humanas. Em vez de focalizar a conversão ou mudança de mentalidade em si mesmos, procuram fazer bem ao próximo conforme sua competência profissional e capacidade humana limitadas.

Não parece ter desaparecido por completo da memória cultural do povo católico a imagem da hegemonia absoluta da Igreja clerical, à qual príncipes e plebeus se têm de submeter e devem obediência e acatamento silencioso. Teorias de duas espadas e de cristandade talvez mereçam apenas atenção de historiadores. Mas na colaboração com leigos, católicos ou não, descobre-se que tais lembranças ainda não se evaporaram. De um lado, há medo ao poder e à supremacia do clero na sociedade, ditando as regras para o funcionamento da mesma; de outro, a tendência a encostar-se na Igreja, a procura de apoio e de escudo de defesa perante o foro público. Por falhas na memória histórica, certo triunfalismo clerical é capaz de apropriar-se dos valores modernos da liberdade de religião e de consciência, como se fossem produtos originais da Igreja. Tais condições não favorecem a colaboração leal em projetos que procuram diminuir os sofrimentos e frustrações humanas de largas camadas da população dos sem-terra, sem-teto, sem-emprego, sem-saúde, sem-escola, sem-liberdade, sem-futuro e sem-voz.

É responsabilidade normal do católico numa sociedade ser testemunha, colocar suas convicções na mesa e não esconder sua identidade. Mas tal

clareza de posição encontra, às vezes, a barreira de certa desconfiança da parte dos interlocutores que pensam de outra maneira sobre o destino humano e o sentido da vida, fizeram outras opções profissionais e existenciais que o teólogo moralista. Unidos sob a mesma bandeira da libertação ou dos direitos humanos, a suspeita pode infiltrar-se no relacionamento. Por que os católicos não aplicam esses valores em sua própria Igreja? Ao forasteiro, ela parece autoritária, heterônoma no mandar e executar ordens e decretos, medindo com duas medidas, uma para o uso interno, outra para uso externo. Os próprios leigos católicos sentem, de vez em quando, o risco da esquizofrenia da consciência, porque certas prescrições eclesiásticas não funcionam na prática — mas é melhor calar a boca. Crítica e dissenso dentro da Igreja é material explosivo.

No mundo moderno, os humanismos são muitos. Nas bibliotecas, isso não é problema; os livros das mais diversas ideologias convivem em paz. Na realidade, nas relações entre pessoas e agrupamentos sociais, a pluralidade precisa encontrar um ponto de convergência, não simplesmente nos debates acadêmicos, mas no nível da cooperação eficaz. Atualmente todos os povos — também o Brasil — estão enfrentando problemas provenientes de uma escala e rapidez de mudanças inauditas. Por sua constituição biológica e sua experiência histórica, os homens estão mal preparados para responder a eles¹⁵. Para dar à humanidade atual condições mínimas de vida, sem esperar as gerações futuras, o fracionamento de idéias e projetos há de ser orientado para o contra-movimento convergente da colaboração planejada; sem tal interação, só duas leis restarão, a lei da selva e a lei do mais forte, da dominação do mais poderoso, do mais bem armado, Darwin redivivo.

Mais do que a comparação crítica formal entre os diversos sistemas ideológicos, contribui para um movimento realista de convergência e colaboração a melhor tradição judaico-cristã, que não se concentra no auto-aperfeiçoamento, mas no outro, nas necessidades concretas reais dos outros, que apelam ao serviço da justiça e da caridade dos mais favorecidos. Suportando a velha acusação do horizontalismo e do reducionismo da fé cristã por parte de pessoas que preferem a tranqüilidade do templo à movimentação da rua, os colaboradores se entrosam melhor na medida em que, juntos, no estilo de Paulo Freire, analisam a situação dos outros com os outros, planejam soluções com eles e os ajudam a se libertarem para uma vida mais humana e participativa. Em lugar da marginalização social ou de sua redução a consumidores ou a dependentes passivos dos poderes burocráticos, as pessoas humanas querem a liberdade e a justiça para, como adultas, participarem das decisões que dirigem a história da sociedade, do mundo do trabalho, do Estado e da Igreja.

No contexto da economia, o Papa João Paulo II defende a subjetividade criadora do cidadão. Onde este direito de iniciativa criadora é negado, "preva-

¹⁵ R. ORNSTEIN e P. EHRLICH, *New World, new Mind*, New York, 1989, p. 43.

lecem a passividade, a dependência e a submissão ao aparato burocrático que, como único órgão “disponente” e “decisivo” — se não mesmo “possessor” — da totalidade dos bens e dos meios de produção, faz com que todos fiquem numa posição de dependência quase absoluta (...)”¹⁶. Sentimentos de frustração e desânimo são a consequência. Perigo exclusivo do Estado assistencial? Ou não estará latente em qualquer iniciativa humana que crie alguma organização ou obra, com a maior generosidade e desprendimento? Também dentro da Igreja, comunidade do Povo de Deus, as inspirações originais correm risco de crescer, complicar sua organização e mostrar os lados negativos de uma lenta burocratização que dispende energias humanas e centraliza demais o poder decisório, preocupado em se manter como aparelho autônomo mais do que em prestar serviço aos necessitados de todos os tipos. A instituição talvez fique imponente, mas o espírito morre à mingua.

Riscos de letargia não dão ganho de causa ao famoso princípio do “Pequeno é bonito”¹⁷. Na história, muitas obras pequenas de assistência, promoção e serviço também morreram, por causa de esgotamento interno ou falta de adaptação à mudança dos tempos. Por outro lado, de fato há organizações gigantescas no mundo da produção, nos Estados nacionais e nas Igrejas que abrangem até milhões de pessoas. Embora carentes de poder, formaram-se órgãos mundiais das Nações Unidas, no campo da saúde, da educação, do trabalho, da infância etc. A distância entre o indivíduo e os sistemas sociais a que pertence e de que depende seu bem-estar, tornou-se sempre maior e a comunicação com as cúpulas, mais complicada. Mas também os problemas humanos de ordem política, econômica, social, educacional e cultural adquiriram dimensões planetárias. Paz, saúde, emprego, moradia, liberdade, justiça, sentido da vida tornaram-se temas que não se limitam mais a espaços locais ou regionais; exigem atualmente esforços organizados nacionais e supranacionais para enfrentar a socialização mundial dos problemas humanos mais prementes. Cidadão do mundo não é mais um título irreal e sem conteúdo; contudo, ele depende da capacidade de assumir a tensão constante entre o lugar pequeno, onde cada um vive e trabalha, e o horizonte do universo humano, que se move.

Em Puebla, os bispos latino-americanos adotaram o programa “participação e comunhão”. Com a liberdade, os dois termos formam um trinômio, cuja realização exige um trabalho como o de Atlas, o gigante da mitologia grega. Atlas agüentou o peso do mundo. Se a humanidade, a que todos os membros da Igreja pertencem, suportará o peso dos desafios e até que ponto se mostrará capaz de dar-lhes respostas de ação eficiente em prol do bem-estar e de uma vida digna para todos, nenhum profeta pode garantir. Programas e planos são mais fáceis de fazer que a caminhada — Via Sacra — dos homens que

¹⁶ *Sollicitudo Rei Socialis*, n. 15; *Centesimus Annus*, n. 48.

¹⁷ E. F. SCHUMACHER, *Small is Beautiful*, London, 1973.

procuram atrair, pela ação, os sonhos verbalizados para a concretude da vida humana histórica.

Na reflexão ética de hoje, em vista da ação coordenada e participada, a virtude da fortaleza se tornou mais importante do que em tempos mais tranquilos. Certamente, diante da complexidade das situações, apelos e riscos, a prudência continua válida, desde que saiba evitar o exclusivo uso do freio ou a volta nostálgica a um passado que já se foi. A grande força do progresso é a coragem de não se refugiar, como pessoa ou grupo, em sua própria segurança, limitada e sempre precária, e de pôr em comum com os outros — seja quem for — as diferenças, para proporcionar aos indivíduos, classes e grupos marginalizados, e às nações que ainda não são nem fazem história, maior espaço para respirarem em digna liberdade e escaparem das forças do mal que sufocam sua subjetividade¹⁸.

Apesar das limitações e fracassos, para cristãos há sempre este consolo: "Depois que propagarmos na terra, no Espírito do Senhor e segundo sua ordem, os valores da dignidade humana, da comunidade fraterna e da liberdade, todos estes bons frutos da natureza e de nosso trabalho, nós os encontraremos novamente, limpos de toda impureza, iluminados e transfigurados, quando Cristo entregar ao Pai o reino eterno e universal (...) já presente em mistério aqui na terra"¹⁹. Desta segurança, os cristãos hão de dar testemunho no mundo pelas suas obras.

3. Atitudes morais

Para um método tático de convergência funcionar em uma sociedade pluralista, dividida e conflitante, certas condições atitudinais se apresentam como tarefas situadas:

3.1 Apesar de estarem saindo de uma cristandade e de uma ditadura militar, serão os católicos capazes de participar lealmente do jogo democrático de um país em que a identificação com o código moral oficial da Igreja não está garantida nem entre os próprios católicos? Propor não é impor; testemunhar diante dos outros não é obrigá-los; evangelizar não é decidir sobre a vida alheia.

3.2 Apesar de serem herdeiros do silêncio, serão os leigos católicos capazes de assumir sua responsabilidade social, conforme a profissão que exercem e o lugar que ocupam, e dar sua palavra e contribuição autônoma na construção de uma sociedade mais humana? A justa autonomia das realidades terrestres dá também uma justa autonomia e liberdade aos que trabalham no desenvolvimento da existência humana terrestre²⁰.

¹⁸ Cf. *Centesimus Annus*, n. 49.

¹⁹ *Gaudium et Spes*, 39; cit. em *Sollicitudo Rei Socialis*, n. 48; veja 1Pd 3,15.

²⁰ *Gaudium et spes*, n. 36 etc.

3.3 Apesar de a Igreja ser uma organização hierárquica de alta qualidade, do ponto de vista "empresarial", serão os católicos leigos capazes de conquistar mais espaço e nome reconhecido na elaboração de documentos e diretivas que se referem às suas atividades profissionais e à vida familiar? Uma empresa em que apenas a cúpula funciona bem, mas as bases amplas não têm a liberdade de participar e produzir, pode ter uma cabeça de ouro, mas os pés são de barro.

3.4 Apesar de sinais de intolerância nunca terem faltado na história, serão os católicos capazes de praticar uma tolerância ativa que não simplesmente se mantém firme e sofre, calada, o que por ora não se pode mudar, mas luta, abre a boca, persevera, insiste com todos os meios democráticos para transformar as situações de morte, de injustiça e exploração desumana que marcam a sociedade atual? As denúncias dos males e os anúncios de novas esperanças se completam pela firme perseverança em obter, com outros, o poder político de transformar a sociedade ou, ao menos, diminuir os sofrimentos e frustrações das massas pobres e marginalizadas.

Frei **Bernardino Leers** OFM é franciscano. Nascido na Holanda, em 1919, estudou Teologia em Nimega e Roma. Desde 1951, dedica-se à pastoral e ao ensino teológico no Brasil. Atualmente, é professor na Pós-Graduação do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, em Belo Horizonte. Recentemente, publicou *Moral cristã e autoridade do magistério eclesial* (Aparecida: Santuário, 1991).

Endereço: Caixa Postal 16 — 35500 Divinópolis-MG